



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

03 de Setembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 02/09/2014
Assunto: Cartas		Página: 21

DIÁRIO CATARINENSE

DESINTERESSE EM SER PROFESSOR

Há pessoas que acham que nós professores trabalhamos por vocação. Em qualquer profissão é preciso gostar do que se faz e boa remuneração

JU MABBA SCHMITT

Gaspar

Quando a educação passar a ser levada a sério, esse quadro será diferente.

PATRÍCIA PEREIRA, VIA FACEBOOK

Sou professor e quero deixar a profissão o mais rapidamente possível. Desvalorização profissional e pessoal, agressões verbais e físicas, salário ruim...

EDGARD BISTULFI JR., VIA FACEBOOK

Garopaba

Vai ver é por isso que de 73 países o Brasil ganha apenas de três sem ranking mundial de educação.

GLEICE BORGE, VIA FACEBOOK



DIÁRIO CATARINENSE

Metas para o futuro da educação em SC

HYURY POTTER

hyury.potter@diario.com.br

Gastar o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina na área da educação e melhorar o atendimento em creches são os principais objetivos expostos no texto preliminar do Plano Estadual de Educação (PEE), apresentado pelo governo estadual nesta semana. O documento tem 19 metas previstas para vigorar a partir do próximo ano até 2024. Todas essas obrigações já estão traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho deste ano, mas a Secretaria de Estado de Educação afirma que Santa Catarina está à frente no cumprimento dos pontos.

PESQUISA REVELOU PRINCIPAIS LACUNAS

De acordo com a secretária estadual adjunta da Educação e coordenadora do PEE, Elza Morretto, para elaborar o documento, uma equipe de 20 educadores reuniu dados de conferências realizadas em todos os municípios catarinenses entre 2009 e 2013.

O resultado mostra lacunas de aprendizado, por exemplo, para alunos do terceiro ano do ensino fundamental. Apesar de apresen-

aprendizado em leitura, 39% em escrita e 49% em matemática.

– O plano é um guia para termos objetivos a curto, médio e longo prazo. Assim será mais fácil melhorar os resultados da educação – diz Elza.

O Estado gasta atualmente menos de 6% do PIB com a educação. Para Elza, a falta de dinheiro é um dos principais obstáculos para se alcançar a cobertura completa no atendimento às crianças de até três anos em creches.

O plano estadual revela que os municípios catarinenses só conseguem oferecer 138 mil vagas em creches, apesar de Santa Catarina ter mais de 320 mil crianças nessa faixa etária, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Essa deficiência no atendimento já resultou em vários processos movidos pelo Ministério Público Estadual nos últimos anos.

– Infelizmente, Estado e municípios não têm espaço físico ou orçamento para atender todas as crianças em creches. Por isso, a nossa meta, que se iguala à nacional, é atender pelo menos 50% das crianças até 2024 – diz Elza.

Ainda em fase preliminar, o texto do Plano Estadual de Educação deve passar pela avaliação interna no governo do Estado, incluindo a aprovação do governador Raimundo Colombo. Depois disso, o texto será encaminhado para a Assembleia Legislativa de Santa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua vida

Data: 03/09/2014

Assunto: Plano Estadual de Educação

Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

COMPROMISSOS PARA 2024

O Plano Estadual de Educação está organizado em 19 metas. Confira:

1 Universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% das crianças de até três anos até 2024.

2 Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada.

3 Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até 2024, a taxa de matrículas no ensino médio para 90%.

4 Universalizar para a população com algum tipo de deficiência de quatro a 17 anos de idade o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados.

5 Alfabetizar todas as crianças aos seis anos de idade ou até no máximo aos oito anos de idade no ensino fundamental.

6 Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 65% nas escolas públicas, de forma a atender 40% dos estudantes da educação básica.

7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades para melhorar a média estadual no Ideb.

8 Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% mais pobres; igualando também a escolaridade entre negros e não negros declarados ao IBGE.

9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017 e, até o final da vigência do PEE, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

10 Oferecer no mínimo 10% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do plano.

11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 80% da expansão no segmento público.

12 Articular com a União a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

13 Articular com a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores

do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total 40% de doutores até 2024.

14 Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 mestres e 900 doutores.

15 Garantir, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, a política de formação inicial e continuada para valorizar os profissionais da educação.

16 Formar 75% dos professores de educação básica em nível de pós-graduação até 2024 e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

17 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de dois anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional.

18 Garantir em legislação específica condições para a efetivação da gestão democrática na educação básica.

19 Ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do Estado no quinto ano de vigência do plano e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.



Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 03/09/2014

Assunto: Metas para o futuro da educação

Página: 21

A NOTÍCIA

Metas para o futuro

da educação

Lista de prioridades inclui alfabetizar crianças até os oito

anos e oferecer aulas em tempo integral

HYURY POTTER

Gastar o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina na área da educação e melhorar o atendimento em creches são os principais objetivos expostos no texto preliminar do Plano Estadual de Educação (PEE), apresentado pelo governo estadual nesta semana. O documento tem 19 metas previstas para vigorar a partir do próximo ano até 2024. Todas essas obrigações já estão traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho deste ano, mas a Secretaria de Estado de Educação afirma que Santa Catarina está à frente no cumprimento dos pontos.

De acordo com a secretária estadual adjunta da Educação e coordenadora do PEE, Elza Morretto, para elaborar o documento, uma equipe de 20 educadores reuniu dados de conferências realizadas em todos os municípios catarinenses entre 2009 e 2013.

O resultado mostra lacunas de

fundamental. Apesar de apresentarem notas maiores que a média nacional, apenas 54% dos estudantes catarinenses tiveram bom aprendizado em leitura, 39% em escrita e 49% em matemática.

— O plano é um guia para termos objetivos a curto, médio e longo prazo. Assim será mais fácil melhorar os resultados da educação — diz Elza.

O Estado gasta atualmente menos de 6% do PIB com a educação. Para Elza, a falta de dinheiro é um dos principais obstáculos para se alcançar a cobertura completa no atendimento às crianças de até três anos em creches.

O plano estadual revela que os municípios catarinenses só conseguem oferecer 138 mil vagas em creches, apesar de Santa Catarina ter mais de 320 mil crianças nessa faixa etária, de acordo com o Censo do IBGE de 2010.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 03/09/2014

Assunto: Metas para o futuro da educação

Página: 21

A NOTÍCIA

ao final da vigência do plano.

11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 80% da expansão no segmento público.

12 Articular com a União a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurando a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

13 Articular com a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total 40% de doutores até 2024.

14 Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400

mestres e 900 doutores.

15 Garantir, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, a política de formação inicial e continuada para valorizar os profissionais da educação.

16 Formar 75% dos professores de educação básica em nível de pós-graduação até 2024 e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

17 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de dois anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional.

18 Garantir em legislação específica condições para a efetivação da gestão democrática na educação básica.

19 Ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do Estado no quinto ano de vigência do plano e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.



A NOTÍCIA COMPROMISSOS PARA 2024

O Plano Estadual de Educação está organizado em 19 metas. Confira:

- 1 Universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% das crianças de até três anos até 2024.
- 2 Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada.
- 3 Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até 2024, a taxa de matrículas no ensino médio para 90%.
- 4 Universalizar para a população com algum tipo de deficiência de quatro a 17 anos de idade o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados.
- 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até cinco anos de idade no ensino fundamental.
- 6 Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 65% nas escolas públicas, de forma a atender 40% dos estudantes da educação básica.
- 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades para melhorar a média estadual no Ideb.
- 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% mais pobres, igualando também a escolaridade entre negros e não negros declarados ao IBGE.
- 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017 e, até o final da vigência do PEE, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- 10 Oferecer no mínimo 10% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 03/09/2014
Assunto: PNE		Página: Online



O CAMINHO PARA OS 10%

A sanção sem vetos do Plano Nacional da Educação inicia uma discussão sobre de onde virão os recursos adicionais, qual será a participação de cada ente federado e a viabilidade da meta de investimentos

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Sancionado pela presidente Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Educação (PNE) tem entre suas metas aumentar progressivamente os investimentos públicos em educação até chegar aos 10% do Produto Interno Bruto (PIB). A expansão dos gastos será necessária para financiar as outras 19 metas que precedem a do financiamento, entre elas: ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2020; universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016; garantir a matrícula no ensino médio de 85% da população de 15 a 17 anos; e equiparar o rendimento dos professores com o de profissionais com escolaridade equivalente. A aprovação da meta de investimentos foi comemorada pela sociedade civil, mas o que o PNE não esclareceu é de onde virão os recursos adicionais e qual será a participação de cada ente federado.

“Será preciso um esforço muito grande por parte dos governos, já que o montante do PIB destinado à educação hoje é de 6,3%”, ressalta Tatiana Britto, consultora legislativa do Senado Federal. “Ninguém sabe ao certo como esse percentual crescerá, mas quando se discute políticas públicas é assim: primeiro você define a prioridade e depois vai cavando espaço fiscal. A implementação do PNE será outra batalha”, ressalta.

Divisão do bolo

A implantação do Custo Aluno-Qualidade (CaQ) é um dos recursos mais importantes para viabilizar um real aumento dos investimentos, pois ele será usado como parâmetro para o financiamento da educação. Em vez de partir do bolo de recursos existentes e dividi-lo pelo número de alunos na rede pública, como acontece hoje, o governo partirá de um total de recursos ideais para prover às escolas um padrão mínimo de qualidade, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e aos professores, uma remuneração adequada. O governo tem dois anos para definir e colocar em prática o Custo Aluno-Qualidade Inicial e, progressivamente, reajustá-lo até a implementação do CaQ.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O ministro da Educação José Henrique Paim já informou que esses valores ainda precisam ser calculados, mas a Campanha Nacional pelo Direito à Educação fez uma estimativa considerando o custo dos insumos básicos para o atual número de alunos matriculados na rede pública (veja na pág. 30). “Agora haverá uma discussão em torno desses valores. É possível que o MEC apresente uma contraproposta”, diz José Marcelino de Rezende Pinto, presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e membro da Campanha.

Padrão mínimo

Nesse cenário, em que o ponto de partida será a garantia de um padrão mínimo para todas as escolas, a União terá de repassar um montante maior de recursos aos estados e municípios que não conseguirem atingir o valor estipulado no CaQ. Esse foi um dos pontos mais debatidos durante os três anos e meio de tramitação do PNE, pois atualmente o governo federal destina 18% da receita resultante de impostos (para estados e municípios, esse valor é de 25%) ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), valor que inevitavelmente precisará ser expandido para 20% ou até 31%, segundo alguns cálculos. Essa perspectiva motivou o ministro da Fazenda Guido Mantega a declarar em 2012 que a destinação de 10% para a educação poderia quebrar o Estado brasileiro.

Opinião bem diferente tem Marcelino: “para um país cuja carga tributária, nas últimas duas décadas, saiu de 24% para 35% do PIB, sem que a educação se beneficiasse desse crescimento, entendemos que seja factível dar esse salto nos investimentos educacionais”. Uma das possibilidades que ele menciona é destinar um percentual da carga tributária total da União, e não apenas dos impostos. Outro meio é recorrer à captação de recursos. “Todo mundo fala que educação é investimento. Por que então não pensar em um desenho de financiamento com o BNDES?”, aponta.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou em 2011 um estudo sobre as possíveis fontes de recursos para subsidiar o aumento dos investimentos. Segundo Jorge Abrahão de Castro, que na época ocupava a Diretoria de Estudos Sociais do Ipea e foi um dos colaboradores do levantamento, as alternativas listadas baseiam-se principalmente na ampliação de tributos. “Fizemos simulações e, como pesquisadores, mostramos que é possível expandir de forma racional a arrecadação do governo sem forçar a ‘barra’”, conta.

Entre as ações, está diminuir a concessão de isenções e reduções do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelos municípios de modo a atingir 0,8% do PIB (atualmente, corresponde a 0,4%); taxar as grandes fortunas, medida que pode contribuir com até 0,7% do PIB; ampliar a cobrança do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), cuja arrecadação poderia saltar de 0,05% para 0,49% do PIB; diminuir as renúncias e os subsídios fiscais, cujo potencial de arrecadação corresponde a 3% do PIB; e controlar as sonegações do Imposto Territorial Rural (ITR), ação que pode gerar até 1% PIB.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além de aumentar o financiamento tributário, o IPEA recomenda diminuir a taxa de juros (Selic), iniciar uma captação de recursos em agências públicas de fomento nacionais e internacionais e entre as empresas estatais e privadas. Também foram apontadas melhorias de gestão e controle social do gasto público.

A renda do governo com o Pré-Sal, que vem sendo lembrada pelo governo, também está no estudo. Segundo Tatiana Britto, o governo considera essa a principal nova fonte de receitas, mas estes recursos dependem da capacidade de exploração do petróleo e do preço da commodity no mercado internacional. “Além disso, o pico de produção deve acontecer só daqui a dez anos”, fala.

Segundo Marcelino, foi proposto um modelo de contribuição em que cada ente federado contribuiria de forma proporcional às suas receitas, mas a medida não foi incluída no PNE. “Como o governo vai desatar esse nó dos 10% implicará muitas negociações. A União deve dar o primeiro passo”, afirma. “O PNE não é um plano do governo. Ele demanda articulação dos estados, municípios e da União. Se não tiver articulação, não vai andar”, concorda Brito.

Criação dos planos estaduais e municipais de educação e divisão das responsabilidades educacionais são os próximos passos para que o PNE saia do papel. Após mais de três anos de tramitação o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho deste ano, lançando um grande desafio para a próxima década. Os passos seguintes são decisivos para que as 20 metas propostas sejam concretizadas e o plano se torne uma referência educacional.

Na opinião de Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma das ações principais para que o PNE comece a sair do papel é a elaboração e aprovação dos planos municipais e estaduais de educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE. O artigo 8º da lei estabelece que os gestores têm o prazo de um ano para elaborar seus planos ou adequar os já aprovados.

Para Luiz Araújo, professor da Universidade de Brasília e especialista em políticas educacionais, o PNE é uma lei complexa, pois estabelece metas para todos os entes da federação. O educador acrescenta que a necessidade de detalhar as tarefas de cada ente federado é fundamental para o sucesso do novo plano e que sem os planos locais não é possível identificar as obrigações, nem fazer um diagnóstico de cada estado e município.

“A meta 9, que trata da alfabetização, por exemplo, não é relevante para o Distrito Federal, como é para alguns estados da região Nordeste, já que foi anunciada a erradicação do analfabetismo nessa unidade da federação. Por outro lado, o DF precisa aumentar a oferta de creches”, exemplifica.

Regime de colaboração

Paralelamente à criação e adequação dos planos de educação locais, a definição dos papéis e responsabilidades de cada ente deve ocupar o centro do debate e gerar a criação do Sistema Nacional de Educação. “Para que o PNE dê certo, precisamos de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

uma nova lei, como aconteceu na criação do Fundeb que gerou a Lei do Piso”, explica Daniel Cara.

No artigo 13 do PNE são estabelecidos dois anos para a instituição de lei sobre o “Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”.

Cleuza Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretária municipal de Educação de São Bernardo do Campo defende que o regime de colaboração é fundamental para que o PNE seja concretizado e que serão necessárias ações conjuntas de gestores estaduais e municipais para o cumprimento das metas. “Hoje não existe uma integração entre os entes federativos”, assegura.

O novo plano afirma que o fortalecimento do regime de colaboração entre os estados e respectivos municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada estado, assim como prevê a criação de uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que deverá passar pela aprovação do Congresso e por sanção presidencial. Na opinião de Luiz Araújo, no entanto, há uma resistência da União quanto à criação dessas instâncias, pois “ela terá que abrir o cofre”.

Longa tramitação

A resistência do governo federal em atribuir à União uma maior responsabilização pela área educacional foi, na opinião de Cara e Araújo, um dos motivos para o longo período de tramitação do Plano Nacional de Educação.

Luiz Araújo destaca que as principais polêmicas do projeto envolviam diretamente interesses da União, como foi o caso da destinação de 10% do PIB à educação pública e a garantia de que, ao ser implementado o Custo Aluno Qualidade (CAQ), os estados e municípios que estiverem abaixo do valor estabelecido receberão ajuda financeira do governo federal.

“Eu considero que pelo menos um ano do atraso do PNE tem grande responsabilidade do governo federal”, opina Araújo. Por outro lado, Daniel Cara acredita que o tempo de tramitação foi positivo para que se criasse um consenso em torno do plano.

A participação da sociedade civil durante todo esse processo foi apontada como uma das grandes conquistas por todos os entrevistados. Para Cleuza Repulho, nunca se falou tanto em educação. “O tema esteve presente como nunca na agenda pública e midiática”, aponta. Luiz Araújo acredita também que “muitos dos temas polêmicos foram pautados pela sociedade. O governo era contra os 10% do PIB e acabou cedendo depois de uma forte pressão social nas redes. As coisas estão chegando muito rapidamente às nossas bases. Há outros canais de participação que influenciam no resultado”, diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 03/09/2014
Assunto: IDEB		Página: Online



CASA CIVIL JÁ TEM IDEB PRONTO

Principal indicador da qualidade do ensino foi liberado há 15 dias, mas ainda não foi divulgado

Fonte: O Globo (RJ)

O governo federal já tem em suas mãos, pronto para divulgação, os resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação básica). Os dados foram repassados para a Casa Civil há 15 dias, mas, até agora, não foram tornados públicos, apesar de já terem passado pelo crivo técnico do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão do Ministério da Educação responsável pelas avaliações federais.

O Ideb é o principal indicador da qualidade do Ensino do país. Ele é divulgado de dois em dois anos e é calculado a partir do desempenho de Alunos em testes de Português e Matemática e das taxas de aprovação no Ensino fundamental e médio. É a partir do Ideb que é possível monitorar o desempenho de gestores municipais e estaduais na Educação, além de saber se o país está cumprindo as metas estabelecidas para cada etapa de Ensino.

A demora na divulgação do Ideb tem gerado críticas de Educadores, secretários e governadores. Alguns, reservadamente, suspeitam que, por causa das eleições, o governo esteja segurando os resultados devido a um suposto mau desempenho do país, fato que não é possível confirmar sem que os números se tornem públicos.

Quando as primeiras críticas ao atraso foram publicadas na imprensa, o governo federal respondeu que até o fim do mês passado divulgaria os dados, o que não foi feito.

MEC diz que dados serão divulgados "logo"

Ontem, ao participar de evento na sede da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em Brasília, o ministro da Educação, Henrique Paim, disse que os resultados seriam divulgados "logo", mas sem dar novo prazo. Ele afirmou que mais de 300 Escolas apresentaram recursos e que o Inep está compilando esses dados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Tivemos o cuidado em analisar todos os recursos feitos pelas Escolas em relação à Prova Brasil. O Inep trabalhou nessa direção, e estamos concluindo essa análise para divulgar logo. Se nós formos ver o histórico da divulgação do Ideb, sempre foi divulgado no mês de agosto. Estamos com uma semana, mais ou menos, de atraso. Assim que eu tiver segurança em relação a esses dados, o Inep vai me indicar, e nós vamos fazer a divulgação.

O último Ideb disponível é referente ao ano de 2011, e foi divulgado em 14 de agosto de 2012. Em 2010, os dados referentes a 2009 foram publicados em julho. Em 2008, indicadores de 2007 vieram à tona em junho.

A coordenadora da área de Educação da campanha de Aécio Neves, Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária-executiva do MEC e ex-presidente do Inep no governo FHC, disse estar preocupada com esse atraso.

- Na semana passada, eu estive num seminário da Associação Brasileira de Avaliação Educacional, e lá foi dito que o Ideb sairia na sexta. E hoje é terça, não saiu, e não temos nenhuma notícia sobre o Ideb. A mesma coisa sobre a Avaliação Nacional de Alfabetização. Também havia uma notícia de que eles anunciariam os resultados do ANA em maio, depois para junho, para julho, já estamos em setembro e ainda não foram divulgados. Estou preocupada, acho que é importante a sociedade brasileira ter acesso a essas informações, porque elas são muito importantes para melhorar as políticas educacionais como um todo.

Maria Alice Setúbal, a Neca Setúbal, uma das coordenadoras de campanha da candidata Marina Silva, disse não acreditar que o atraso na divulgação dos dados esteja relacionado ao calendário eleitoral.

- Acho que não, o ministro é o responsável, ele deve ter respondido isso para vocês. Mas eu acredito que vai ser divulgado no momento em que o MEC achar conveniente. Sempre tem um prazo que deve ser respeitado para a divulgação desses resultados. Vamos esperar. Temos ainda um mês antes do final do primeiro turno para que possam ser divulgados esses resultados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 03/09/2014
Assunto: Olimpíada do conhecimento		Página: Online



Emoção marca abertura da Olimpíada do Conhecimento

Centenas de jovens com olhar de emoção e ansiedade lotaram a Arena Vivo, no Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, no domingo (31) para participar da solenidade de abertura da oitava edição da Olimpíada do Conhecimento. A novidade nesta edição ficou por conta da estreia da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Pela primeira vez, cerca de 50 competidores dos institutos federais dos estados de Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás participarão da Olimpíada do Conhecimento.

As competições, que começam hoje (3) e vão até o próximo dia 6, em um espaço de 105 mil metros quadrados no Expominas, também na capital mineira, atraíram mais de 800 competidores vindos dos 26 estados e do Distrito Federal para participar de competições em 58 ocupações técnicas ligadas à indústria, ao setor de serviços e à agropecuária. Os competidores dos institutos federais, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) têm até 21 anos e vão realizar atividades semelhantes às funções que desempenhariam em situações reais no mercado de trabalho.

Na avaliação do secretário da Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, Aléssio Trindade de Barros, a participação dos institutos federais é muito importante. Para ele, a Olimpíada do Conhecimento motiva alunos e professores, envolve a escola nesse processo de intercâmbio de experiências e conhecimento e prepara os competidores para o grande evento do gênero a nível internacional: a WorldSkills Competition, que no próximo ano acontecerá no Brasil, em São Paulo.

Aléssio Trindade parabenizou os alunos e professores que se dedicaram para participar da Olimpíada do Conhecimento. "Antes mesmo de a competição começar, posso afirmar que todos são vencedores porque já se tornaram uma referência positiva para suas escolas", disse. "A nossa expectativa é ampliar a participação em número de alunos e de áreas do conhecimento nas próximas edições da olimpíada."

INCENTIVO - Os quatro dias de provas no Expominas serão abertos à visitação a fim de incentivar a busca por informações sobre o ensino técnico. São esperados 300 mil visitantes, que poderão ver 900 toneladas de equipamentos, incluindo seis estações geodésicas, duas turbinas de avião e um helicóptero sendo operados pelos competidores durante a Olimpíada do Conhecimento. Uma série de atividades especiais também está programada com o objetivo de revelar para o público o quanto a união entre educação e tecnologia pode tornar a indústria mais competitiva.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O evento estabelece um padrão de excelência das práticas das ocupações ao mesmo tempo em que avalia a formação técnica oferecida pelas instituições. Os resultados apontam o nível de conhecimento dos técnicos a respeito das novas tendências tecnológicas utilizadas pelo setor produtivo e possibilitam mudanças nos perfis profissionais, além de orientar a atualização dos currículos nas escolas.

APRENDIZAGEM - Podem participar da disputa estudantes com menos de 21 anos de idade e um mínimo de 400 horas em cursos de aprendizagem ou qualificação industrial, ou ainda formação técnica de nível médio na área. A Olimpíada do Conhecimento se inicia nas escolas, no momento em que os docentes identificam os alunos de destaque e os convidam para treinar em torneios locais. A etapa estadual é a fase classificatória para a nacional.

Uma dedicação de oito horas diárias ao longo de meses por parte dos estudantes é necessária para que os competidores possam alcançar bons resultados. O esforço vale a pena. O mais bem colocado em cada uma das modalidades da fase nacional deste ano concorre a uma vaga para a competição mundial, a WorldSkills Competition, em 2015.

Desde 2001, a olimpíada nacional acontece a cada dois anos e avalia os conhecimentos e habilidades técnicas dos competidores com base em padrões internacionais de excelência. Critérios de segurança no trabalho são levados em conta. A competição deste ano vai avaliar 58 ocupações e, desse total, 48 são da indústria, sete do setor de serviços e três da agropecuária.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 03/09/2014
Assunto: Ideologia		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Universidades da China anunciam maior controle ideológico dos alunos

*Partido Comunista quer controle de ações de alunos e docentes na internet.
País intensifica repressão mais ampla sobre a liberdade de expressão.*

Três universidades de prestígio da China, a Universidade de Pequim, Universidade Fudan, de Xangai, e a Universidade Sun Yat-sen, de Guangzhou, se comprometeram a fortalecer o 'controle ideológico' sobre alunos e professores, em um momento em que o país intensifica uma repressão mais ampla sobre a liberdade de expressão.

Documentos das universidades foram divulgados na última edição da Qiushi, a revista do Partido Comunista, no artigo "Como realizar um trabalho ideológico nas universidades sob novas condições históricas", segundo informações da Reuters.

A Universidade de Pequim disse que vai aumentar o controle do "campo de batalha na internet" e construir um monitoramento de som e sistema de gestão para a opinião pública na internet. A escola criou uma força-tarefa para monitorar a opinião on-line em uma base de 24 horas.

"Nos últimos anos, algumas pessoas com segundas intenções, contribuíram para avivar as chamadas na Internet ... em última análise, visando o Partido Comunista Chinês e o sistema socialista. Estas ações "criaram, um grande impacto negativo na opinião pública na internet e no consenso social", afirma o artigo da Qiushi.

O comitê pediu aos professores e alunos para "tomarem uma posição firme e lutar contra o discurso e as ações que tocam em princípios do país e do partido de forma rápida, eficiente e resoluta".

A Universidade de Pequim também prometeu lutar contra qualquer comentário que tenha como objetivo sabotar o Partido Comunista e o socialismo.

Universidade Fudan, por sua vez, colocou seu foco nos professores com menos de 45 anos de idade, dizendo que alguns deles não têm "entendimentos corretos" dos problemas que a China está enfrentando em sua fase de transição.

A universidade de Xangai disse que vai reforçar a formação para os professores e que o sistema de avaliação para eles será reformado.

As declarações vêm num momento em que o presidente Xi Jinping está apertando o controle sobre os meios de comunicação e intensificar a repressão aos intelectuais liberais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 03/09/2014
Assunto: Olimpíada do conhecimento		Página: Online



Torneio de educação profissional reúne mais de 800 estudantes em Minas Gerais

No último domingo (31), foi declarada oficialmente aberta a 8ª edição da Olimpíada do Conhecimento, com o mote "Escolha Senai e a indústria escolhe você". O evento acontece no ginásio do Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte (MG). Mais de 800 estudantes brasileiros participam deste torneio de educação profissional que é o maior das Américas. Santa Catarina, a quinta maior delegação do País, será representada por 42 competidores do Senai, entidade da Fiesc.

Nesta segunda e terça-feira, (1 e 2), os estudantes estão fazendo a ambientação das provas, conferindo detalhes relacionados a cada ocupação. O jovem catarinense Carlos Eduardo Gretter, de 18 anos, participa do torneio na ocupação eletrônica industrial, e relata grande expectativa, especialmente após percorrer o ambiente da competição, o que fortaleceu pela grandiosidade do evento. "Estou me concentrando na atividade para superar a apreensão", conta.

A partir de quarta-feira (3), os competidores terão de provar que são os melhores na ocupação que escolheram desempenhar. São 58 profissões técnicas ligadas à indústria em sete categorias: tecnologias de manufatura e engenharias, construção e edificações, moda e criatividade, tecnologias da informação e comunicação, serviços, transporte e logística e engenharias agrícola e pecuária.

Entre os participantes estão alunos de cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), além dos Institutos Federais de Tecnologia, que estarão pela primeira vez na prova. Entre os 800, 45 são jovens com deficiências que competirão entre si em quatro modalidades.

Durante quatro dias, os competidores vão realizar tarefas semelhantes às que enfrentariam em situações reais do mercado de trabalho. O torneio serve para avaliar a formação técnica oferecida pelas instituições de ensino.

Realizada a cada dois anos, a Olimpíada do Conhecimento ocupará 105 mil metros quadrados do Expo Minas, onde serão instaladas 900 toneladas de equipamentos, incluindo duas turbinas de avião, um helicóptero e uma central de irrigação. Além das 6 mil pessoas, entre competidores, técnicos, avaliadores e organização, são esperados 300 mil visitantes no período. A Olimpíada do Conhecimento é classificatória para o WorldSkills Americas 2015, que será realizado em São Paulo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: opinião	Data: 03/09/2014
Assunto: Conselho		Página: 20



CORREIO LAGEANO

● **EDUCAÇÃO** | O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, entregou ontem ao Conselho Estadual de Educação, o Plano Estadual de Educação para os próximos 10 anos. O CEE vai fazer uma ampla análise e dar seu parecer, que segue para a Casa Civil e depois para a Assembleia Legislativa. Uma

das metas mais ousadas do plano é fazer com que SC chegue ao ano 2020 com 50% dos alunos do ensino médio estudando em período integral.



Veículo: Correio Lageano	Editoria: opinião	Data: 03/09/2014
Assunto: Carta		Página: 20



CORREIO LAGEANO

DO LEITOR

Professores

Matéria publicada em 12 de agosto no CL é no mínimo tendenciosa. Dando a entender que os professores estaduais sejam culpados de nossos alunos não terem aulas quando estamos gozando de um direito adquirido, como a licença-prêmio, ou direito de todo trabalhador, o afastamento para tratamento de saúde. Afirmam que nos casos de afastamento de 3 dias o Estado não contrata um substituto... Nenhuma vaga é oferecida por menos de 15 dias, deixando claro que em 14 dias nenhum outro professor é contratado, nossos alunos ficam a merce de algumas bolas, nos ginásios (quando tem), ficam nos corredores ou colocam os professores da sala informatizada como responsáveis do descaso deste governo onde ficam "apagando fogo com gasolina" com as turmas sem professor. A gerente de Educação da Regional "esqueceu" de comentar por que temos tantos professores em licença. Com relação ao jornal, por que não procurou o sindicato (Sinte)?

MICHEL FLOR, professor